

Decreto poderá ampliar emprego

O GDF está recorrendo à "reserva de mercado" dentre as medidas que vem tomando em sua máquina administrativa, para minimizar o alto índice de desemprego em Brasília. A Procuradoria Geral do DF analisa um decreto que exige das empresas públicas ou prestadoras de serviço ao governo que, da mão-de-obra contratada para determinado serviço, pelo menos 20% sejam da própria região onde ele está sendo realizado. "É uma forma de garantir o emprego às populações das satélites", justificou o coordenador de Programas de Apoio ao Trabalhador da Secretaria de Administração e Trabalho, José Carlos de Luca.

Esta medida já foi implantada pelo consórcio Bras-metrô, que executa as obras do metrô de Brasília, por determinação do GDF. "O consórcio traz de fora apenas a mão-de-obra especializada", explica José Carlos. No entanto, a maneira mais rápida encontrada pelo GDF para reagir aos números do desemprego, foi a descentralização das compras governamentais. Entre as mais de 500 escolas da Fundação Educacional do DF (FEDF), por exemplo, 100 já compram todo o material de consumo utilizado por elas na própria região onde estão instaladas. Até então, a compra do material adquirido era centralizada na FEDF.

A vantagem da descentralização das compras traz para o GDF, em contrapartida, a realidade de um custo relativamente mais alto. "Entretanto, o governo não tem que estocar material, e não há falta dele nas escolas", ressaltou de Luca. As compras para as administrações regionais também foram descentralizadas. Hoje, os 31 órgãos que compõem a administração direta executam estas compras. (C.C.)